

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

Educación y reducción en el periodo jesuita (1549-1759): catequesis, dominación y mercantilismo

Gilberto César Lopes Rodrigues
Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém-Brasil

Resumo

Apresentamos uma análise da ação dos jesuítas no contexto do Brasil colonial examinando como a catequese foi usada como instrumento de dominação dos indígenas ao promover sua transformação em mão de obra e em coletores de produtos da floresta que interessavam ao comércio europeu ao tempo em que expandia a cultura europeia cristã. Consequentemente, a educação levada aos indígenas desestruturou um modo de falar, ser, viver, sentir e pensar secularmente constituído e fortaleceu o mercantilismo da metrópole. Iniciamos o texto apresentando os jesuítas e a catequese. Na sequência examinamos motivos econômicos subjacentes à catequese. Por fim, analisamos contrapontos propostos por historiadores que procuram exaltar o trabalho dos Jesuítas de modo a expressá-lo favorável à ordem dominante. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada no âmbito de nosso doutoramento financiado pela CAPES.

Palavras-chave: Jesuítas; Catequese; Dominação.

Resumen

Presentamos un análisis de la acción de los jesuitas en el contexto del Brasil colonial, examinando cómo la catequesis fue utilizada como instrumento de dominación de los pueblos indígenas, promoviendo su transformación en trabajadores y recolectores de productos forestales que eran de interés para el comercio europeo en el momento en que expandía la cultura cristiana europea. En consecuencia, la educación impartida a los indígenas trastocó una forma secularmente constituida de hablar, ser, vivir, sentir y pensar. Comenzamos el texto presentando a los jesuitas y la catequesis. A continuación, examinamos las razones económicas que subyacen a la catequesis. Finalmente, analizamos los contrapuntos propuestos por historiadores que buscan ensalzar la obra de los jesuitas para expresarla a favor del orden dominante. Esta es una investigación bibliográfica realizada como parte de nuestro doctorado financiado por CAPES.

Palabras clave: Jesuitas; Catequesis; Dominación.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma análise crítica da ação dos jesuítas no contexto do Brasil colonial no que concerne à atuação dos missionários junto à educação utilizada nos aldeamentos indígenas orientada pela catequese. Exploramos, de um lado, como a catequese foi usada como instrumento de dominação ao promover, através de sua metodologia e dos conteúdos ensinados, a aculturação dos nativos aldeados aos valores favoráveis ao cristianismo e mercantilismo europeus, promovendo, por um lado, sua aculturação religiosa e, por outro, em mão de obra para trabalhos caseiros e coleta de produtos colhidos da floresta que interessavam ao comércio europeu. A educação levada aos indígenas pelos missionários substituiu o maior bem de qualquer sociedade: o modo de produzir e reproduzir o cotidiano. Com isso desestruturou-se um modo de falar, ser, viver, sentir e pensar secularmente constituído, empobrecendo, de nosso ponto de vista, a humanidade.

Tendo no horizonte o enredo traçado acima, e, considerando ser importante reavivar a parte da história colonial brasileira que mais se esforçou por constituir alguma espécie de sistema instrucional aos indígenas (Saviani, 2011), analisamos o período jesuítico (1549-1759) destacando os objetivos religiosos e econômicos que impulsionaram à Igreja a promover a assimilação e integração das sociedades indígenas à nascente cultura europeia nessas terras. Esse reavivamento é necessário para reforçar aos envolvidos com o crescente processo de implantação de escolas em comunidades indígenas em curso no país que se preocupam com a implementação de educação escolar diferenciada, emancipadora que valorize e fortaleça a cultura, os modos de ser, falar, sentir, socializar, produzir e pensar próprios desses povos para nos afastarmos de ações instrucionais com fundo integracionistas, assimilacionistas e homogeneizadores.

Isto posto, o texto apresenta a catequese destacando seus objetivos ‘aculturadores’. Na sequência examina os motivos econômicos subjacentes à catequese que impulsionavam os aldeamentos. Por fim, apresenta alguns contrapontos com historiadores comprometidos com o *establishment* que procuram exaltar o trabalho dos Jesuítas junto aos indígenas com o objetivo de desvelar como a história oficial mascara a realidade de modo a expressá-la favorável à ordem dominante.

Acrescenta-se que a pesquisa que subsidiou este texto tinha como meta atualizar a ação dos jesuítas na escolarização dos indígenas para apontar aos envolvidos no atual crescente movimento de conquista da educação indígena intercultural, bilíngue e diferenciada elementos para evitar a aculturação a partir da própria conquista do direito de construir uma escola própria. Ou seja, a partir de relembrar uma história forte de colonização, aculturação, pilhagem e dominação, não recair na aculturação eurocentrista-capitalista, agora com o perigo de parecer uma escolha dos próprios indígenas. Reforçando, afastar a armadilha de em posse do direito de construir sua própria escola, optar, sem perceber, por um currículo, organização, gerenciamento, etc., eurocentrados a partir da ‘liberdade’ de construir sua própria escola.

A Companhia de Jesus e a catequese

A fase jesuítica é a mais longa política de educação para os povos indígenas brasileiros perdurando de 1549 até 1759 e está intimamente ligada à história da Igreja no Brasil, sobretudo à história da Companhia de Jesus, apesar de outras ordens religiosas, como os missionários salesianos e os franciscanos, também terem desenvolvido trabalhos catequéticos juntos aos nativos.

No entanto, são os jesuítas¹ que formaram uma rede de instrução que podemos afirmar tratar-se da primeira tentativa de formação de um sistema educacional brasileiro, uma vez que, “criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território” (Saviani, 2011, p. 26). Considerando os interesses da metrópole, o trabalho dos missionários era útil,

porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica de modo que os gentios possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé (Dom João III, *apud* Saviani, 2011, p.25).

A Companhia de Jesus, ordem religiosa formada por padres (conhecidos como jesuítas), foi fundada por Inácio de Loyola em 1534. Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, principalmente, em função de seus princípios fundamentais: busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; obediência absoluta e sem limites aos superiores; disciplina severa e rígida; hierarquia baseada na estrutura militar; valorização da aptidão pessoal de seus membros.

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

Em 1556, eles contavam com mil membros e, em 1606, esse número cresceu para treze mil (Maciel; Neto, 2006). A Ordem dos Jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais. Todavia, pouco a pouco, a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão mais importante, entre suas atividades.

Mas por que os jesuítas vieram catequizar os gentios? O que tinham os indígenas que os atraíram com tamanha dedicação? Será que eram os gentios quem atraíam os missionários, ou haviam outras riquezas? Uma das explicações mais comuns na literatura sobre a vinda dos missionários assenta-se na reação do catolicismo ao crescimento do protestantismo na Europa e a consequente necessidade de assegurar novos domínios territoriais e devocionais, como exemplifica o fragmento abaixo:

A Companhia de Jesus foi fundada em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contra-Reforma nessa luta. Tinha como objetivo sustar o grande avanço protestante da época e, para isso, utilizou-se de duas estratégias: a educação dos homens e dos indígenas; e a ação missionária, por meio das quais procuraram converter à fé católica os povos da região que estavam sendo colonizadas (Maciel; Neto, 2006, p. 467-468).

Entendemos que explicar a vinda dos jesuítas ao Brasil colonial como tentativa de ampliar o catolicismo como reação ao nascente protestantismo é parte do processo explicativo, mas não toda a explicação. Outra peça explicativa do processo de vinda dos Jesuítas diz respeito ao fortalecimento do mercantilismo e, consequentemente, do reforço ao embrionário modo de produção capitalista com a necessidade da incorporação de mão de obra barata à emergente sociedade mercantilista nacional e das riquezas possíveis de serem incorporadas ao comércio mercantil europeu. Um dos meios para isso ocorreu através da educação catequética e dos aldeamentos (Ferreira, 2001). Na catequese, por exemplo,

Todos os dias da semana, acabada a oração, se dirá logo uma missa que a possam ouvir os índios antes de irem às suas lavouras (...) a qual acabada se ensinarão aos índios em voz alta as orações ordinárias: a saber, Padre-Nosso, Ave Maria, Credo, Mandamentos da lei de Deus e da Santa Madre Igreja; e os Sacramentos, actos de contrição, e confissão, geralmente os diálogos do catecismo breve, em que se contem os mistérios da fé. Acabada esta doutrina irão todos os nossos para a Escola (...) aonde os mais hábeis, se ensinarão a ler e escrever, e havendo muitos se ensinarão também a cantar, e tanger instrumentos para beneficiar os ofícios divinos; e quando menos se ensinará a todos a doutrina cristã. (Pe. Antonio Vieira, regulamento de Aldeias e de Missões, séc. XVII, *apud* Amoroso, 2001, p. 133).

Ou seja, os conteúdos adotados, além de estranhos à cosmologia indígena por incluírem ensinamentos dos mandamentos da ‘Santa Madre Igreja’, assentados em ‘mistérios’ que, afora os conteúdos, eram comuns à cosmologia dos gentios (entendidos no âmbito da natureza e não transcendentais) eram reforçados e complementados por uma metodologia meritocrática que impunha uma divisão do trabalho diferenteⁱⁱ da costumeira, uma vez que aos mais hábeis era ensinado ler e escrever. Com isso, desestruturava-se o modo de ser e pensar dos nativos.

Outro ponto importante que a metodologia jesuítica almejava era o controle das populações indígenas. A tática era o uso dos aldeamentos. Sobre esse uso o padre José de Moraes, descrevendo como os jesuítas portugueses procederam com os indígenas da Ilha do Maranhão após a expulsão dos holandeses, observa que “foi necessário diminuir o número de aldeamento na ilha, uma vez que vinte e sete era quantidade grande demais de aldeias com um total de doze mil almas para *apenas dois jesuítas* levarem a bom termo seu trabalho” (Moraes, 1987, p. 56).

Expulso os holandeses “foi objeto da sua primeira diligencia diminuir o número de aldeias, para que, juntas em menos povoações, pudessem ser *melhor assistidas, e doutrinadas* pelos padres” (Moraes, 1987, p. 58, grifos nossos). Ou seja, possuindo a quantidade adequada de jesuítas, o método do controle dos gentios reunidos em aldeamentos era mais produtivo.

Complementarmente, “mandaram erigir igrejas onde pudessem administrar sacramentos, celebrar sacrifícios, e ensinar os dogmas da nossa fé, pelo método que para isso traziam, conforme o louvável costume das nossas aldeias do Brasil” (Moraes, 1987, p. 58.) Nessas igrejas,

Todos os dias de manhã e de tarde faziam ajuntar na igreja os meninos e meninas, aos quais juntos, em voz alta mandavam repetir as orações, rematando sempre com a salve-rainha e bendito, cantados pelas melhores e mais agradáveis vozes dos seus neófitos. Nos domingos se juntavam todos e antes de entrar a missa rezavam a santa doutrina, ouviam a explicação dos divinos mistérios e assistiam às missas que nos dias clássicos eram cantadas e acompanhadas de muito bom e ajustado som de charamelas, para o que tinham trazido já ensinados alguns dos tupinambás no tempo em que estiveram em Pernambuco, o que tudo convidava os mesmos índios que *pela sua natural preguiça são de ordinário pouco afetos a qualquer trabalho*. Nestes, e semelhantes exercícios, gastaram louvavelmente o tempo, não se descuidando de assistirem com sua costumada caridade aos enfermos, curando-os nas suas enfermidades e ajuntando aos remédios do corpo as mais importantes e eficazes medicinas da alma (Moraes, 1987, p. 58, grifos nosso).

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

É interessante notar a partir da passagem acima que a concepção ainda muito difundida na cultura popular brasileira segundo a qual os indígenas são preguiçosos pode ter seu nascedouro no contexto dos jesuítas. Porém, essa concepção fica, no mínimo, confusa quando levamos em consideração a prosperidade das missões comparadas aos demais povoamentos coloniais, como apontaremos mais adiante.

Outro ponto de destaque no fragmento acima diz respeito ao uso do canto e do teatro como instrumento de sedução e catequização dos gentios que, combinados, caracterizavam “um esforço racionalmente feito para conquistar homens” e, sendo assim, “é um esforço para acentuar a semelhança e apagar a diferença” (Baeta Neves, 1978, *apud* Saviani, 2011, p. 31).

Porém, como adiantamos, não foram apenas os jesuítas que exerceram atividades instrucionais com os indígenas brasileiros no período colonial. Missões salesianas atuaram junto aos povos do Alto Rio Negro no Amazonas cuja metodologia foi semelhante àquela realizada pelos jesuítas, como aponta o fragmento abaixo:

Educadores por excelência, os salesianos instalaram grandes internatos e escolas nas aldeias indígenas. Por meio da educação escolar, introduziram a língua, a história e os valores da sociedade dominante, promovendo uma mudança de caráter conflitivo não só em relação às condições reais de reprodução da vida dos grupos da área, como também ao nível da representação que fazem de si os agentes da sociedade indígena, posto que três gerações já passaram pelos internatos da Missão. Nesses internatos, o ensino do português era imposto em detrimento do uso das línguas nativas. Crianças eram separadas das famílias e, fundamentalmente, investia-se na capacitação profissional dos índios, como forma de produzir mão-de-obra barata para a população não-índia circunvizinha (Ferreira, 2001, p. 73).

A passagem acima parece apontar para o que Moreira Neto (1988) considera como o surgimento dos *Tapuio*. Esses seriam índios profundamente deformado e conformado aos padrões culturais que lhe foram impostos, submisso aos valores coloniais decorrentes da mudança ao nível das representações que fazem de si após gerações de educação missionária. Deformados e capacitados profissionalmente os indígenas inseridos no ‘processo educativo’ religioso se incorporam ao modo de produção como mão-de-obra barata.

Outra observação interessante sobre a ação doutrinária dos salesianos junto aos povos indígenas diz respeito à reconstrução dos espaços geográficos das comunidades e ao desmantelamento dos seus laços de parentesco. Nesse sentido,

o modelo de atuação dos salesianos, à semelhança do modelo jesuíta, impôs mudanças nas ordens sociais e espaciais, de acordo com a ideologia católica. Grupos de descendência patrilinear foram reduzidos a grupos nominados segundo padrões da sociedade brasileira. Os índios tiveram de habitar casas distribuídas e organizadas conforme os ideais católicos, provocando transformações na maneira como concebiam a si mesmo e o mundo. Aspectos das cosmologias indígenas foram substituídos pela moral católica. O poder de decisão de lideranças tradicionais foi esvaziada (Ferreira, 2001, p. 73).

Ou seja, através da catequese e do aldeamento, sistemas simbólicos, modos de viver, falar e de pensar construídos e aperfeiçoados através dos séculos foram forçados a desaparecer ao serem substituídos pelo modo de viver e pensar mercantil-eurocêntrico-cristão. O objetivo era facilitar à dominação decorrente da aculturação e facilitar a inserção dos gentios ao modo de produção colonial como mão-de-obra barata e coletores de produtos úteis ao comércio europeu. Por isso, entendemos que os motivos econômicos também impulsionaram a vinda dos missionários e complementa o entendimento da necessidade de expansão do abalado catolicismo europeu às terras distantes e ‘inóspitas’ de além-mar.

Os motivos econômicos da aculturação dos gentios

Apesar do destaque frequentemente dado aos objetivos religiosos de conversão dos gentios na ação dos jesuítas como reação ao nascente protestantismo, é interessante não perder de vista o fundo econômico da inserção religiosa no país como peça explicativa da vinda dos missionários.

Considerando a economia mercantil extrativista da época, a exploração de produtos florestais como o cacau, o cravo, a canela a copaíba, etc., tinham mercado na Europa e podiam ser colhidos, produzidos e transportados através da mão-de-obra indígena barata e abundante. Como observa Ribeiro (1996, p. 35) sobre a economia da época e a utilização da mão de obra indígena no norte do Brasil,

O delta do Amazonas constitui uma das áreas de mais antiga ocupação europeia no Brasil. Já nos primeiros anos do século XVII ali se instalaram soldados e colonos portugueses, inicialmente para expulsar franceses, ingleses e holandeses que disputavam seu domínio, depois como núcleo de ocupação permanente. Estes núcleos encontrariam uma base econômica na exploração de produtos florestais, como o cacau, o cravo, a canela, a salsaparrilha, a baunilha, a copaíbaⁱⁱⁱ, que tinham mercado certo na Europa e podiam ser colhidos, elaborados e transportados com o concurso da mão-de-obra indígena, farta e acessível naqueles primeiros tempos.

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

Entendemos que o acesso a mão de obra farta, barata e, principalmente, acessível dos indígenas ao qual se refere o fragmento acima foi alcançado devido, em grande parte, à ação doutrinadora-catequética dos missionários durante os cento e cinquenta anos de missões que antecederam os primeiros anos do século XVII. Os aldeamentos acumulavam grande parte dos produtos trazidos da floresta pelos aldeados que depois eram escoados para a Europa abastecendo o mercado mundial. E, mais uma vez, torna a concepção da preguiça dos gentios aos trabalhos, relatados pelo padre José de Moraes, explicitadas anteriormente, contraditórias.

Outro relato interessante sobre a exploração de produtos florestais que pudessem se tornar mercadoria no mercado europeu diz respeito às ‘drogas do sertão’. Sua relação com os interesses econômicos da coroa^{iv} e dos religiosos é registrada por Manuel Diegues Júnior em obra publicada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Após explicar o que são as ‘drogas do sertão’ enquanto “aquelas especiarias, que, encontradas abundantemente no espaço amazônico, logo atraíram o interesse do colonizador”, esse autor acrescenta:

Na época, era importante para os interesses portugueses a exploração das drogas. Entrava em declínio o ciclo lusitano nas Índias; e o aparecimento daquela riqueza amazônica permitia a Portugal prosseguir no fausto até ali mantido. O produto, encontrado nativo, passou a ser cultivado por ordens régias. De parte do Governo lusitano partiram providências em benefício dos produtos e da própria região, preservando esta da ofensiva exploradora de sertanistas e coletores. Os abusos eram punidos e o trabalho de extração era estimulado. Os bons preços que os gêneros adquiriam no mercado europeu, justificavam e compensavam o interesse, as providências e as medidas adotadas pela administração lusitana (Diegues Junior, 1960, p. 200).

Neste sentido, escreve Darcy Ribeiro que, depois do “desbravamento” do delta do Amazonas, o vale (interior) da região só foi devassado ao longo dos rios, furos, lagos e canais com a participação forçada dos indígenas. Para tanto, o aliciamento se dava

através de toda sorte de compulsões, desde “sujigações” e o descimento para as missões e núcleos coloniais até técnicas mais manhosas, como a de acostumá-los ao uso de artigos mercantis cujo fornecimento posterior era condicionado à sua participação nas atividades produtivas como mão-de-obra para todo serviço (Ribeiro, 1996, p. 36).

Segundo Diegues Junior, o que motivava essa exploração era o fato de as drogas estarem espalhadas em abundância por todo o espaço amazônico. Em consequência as

águas de todos os rios e igarapés eram cruzadas para a colheita de especiarias. “Guiadas pelos índios que conheciam os meandros da floresta e os segredos das águas fluviais, as canoas percorriam o interior amazônico, levando os colonos” (Diegues Junior, 1960, p. 200).

Destaca-se que “a colheita das drogas do sertão era a sedução de todos, inclusive dos missionários das reduções, que faziam seus aldeados (índios pacificados) subirem e descerem os rios na tarefa de apanhar os produtos” (Diegues Junior, 1960, p. 200). Devido à exploração das drogas do sertão, para esse historiador, iniciou-se o processo de colonização da Amazônia.

Outra característica econômica do desbravamento da Amazônia, segundo Melatti (2007, p. 242), é a transformação do próprio índio em mercadoria, uma vez que, essa penetração portuguesa, através “[d]a subida do rio Amazonas, talvez não no sentido de povoar, mas no oposto, de aprisionar e levar índios como escravos para Belém e São Luís” pode ser comprovada pelo número de índios que se tornaram escravos em Belém da época (Moreira Neto, 1988). Assim a pilhagem sobre os bens dos gentios e a eles próprios era completa. De um lado subtraíam madeira e drogas do sertão, de outro, subtraíam aos próprios indígenas dizimando ou transformando-os em mercadorias para ser explorada no mercado escravo.

Corroborando com os motivos econômicos que impulsionam a reforma, Teixeira Soares reforça que o ímpeto com que os Jesuítas se voltavam à educação não é explicado apenas pelo interesse em salvar as almas dos gentios convertendo-as à doutrina católica, era também de ordem econômica, uma vez que,

Pelas Constituições da Companhia de Jesus, somente os Colégios e as Casas de Formação poderiam possuir bens que lhes garantissem o sustento do trabalho pedagógico e missionário. Não resta dúvida, portanto, que a expansão do ensino jesuítico, no Reino como nos domínios portugueses, foi condicionada por este relevante fator. A penetração e o alargamento da obra missionária dependiam, fundamentalmente, da criação de escolas, únicos empreendimentos que poderiam justificar, do ponto de vista canônico, a posse dos bens indispensáveis à concretização dos demais fins da Companhia de Jesus (Soares, 1961, p. 232-33).

Apesar das orientações apontadas acima sobre o limite ao acúmulo de bens nas missões para que fossem na dimensão de garantir o sustento e o trabalho pedagógico, há registros que mostram que a acumulação de riquezas propiciada pelos aldeamentos, atingiram patamares enormes para à época. Como exemplo, “somente na ilha do Marajó os

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

jesuítas administravam fazendas que continham mais de cem mil cabeças de gado e propriedades rurais produtoras de açúcar” (Maxwell, 1996, p. 59).

O outro lado da moeda: exaltação ao trabalho da Companhia de Jesus

Apesar de calamitosa e desastrosa a atuação dos jesuítas considerada pelo lado dos índios, uma vez que “se não tivesse sido desfechado o golpe de morte nas missões do Brasil [...] provavelmente não teríamos mais um só índio selvagem nas nossas florestas” (J. M. de Madureira, 1927-29, p. 7)^v, em toda historiografia sobre o real e o concreto há contradições.

Neste caso, a catequização dos indígenas, analisada pela igreja e órgãos do governo brasileiro, encontramos literatura da qual o entendimento é que fizeram um grande serviço em prol da liberdade dos gentios e da consolidação da sociedade brasileira. Por ocasião da comemoração do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, e publicado como tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, relativo ao Primeiro Congresso Internacional de História da América, realizado pelo mesmo instituto em setembro de 1922, o senhor J. M. de Madureira S. J., procurando recompensar as injustiças cometidas por Pombal^{vi} e a “grande dívida de gratidão para com a Companhia” (1927-29, p. XXXIII), relata:

a independência nacional foi consequência da liberdade dos Índios, por cujos direitos lutaram os Jesuitas durante dois seculos e meio e sacrificaram a saude, as forças, as commodidades, o socego, a popularidade, as amizades, a reputação, o sangue, a vida e a própria liberdade (sic, Madureira S.J., 1927-29, p. XXXV)

Prossegue esse autor:

A Companhia de Jesus deve também o Brasil a sua catechese e a esta o predomínio da religião catholica em todo paiz. É, portanto, de toda a justiça que, no centenário da independência, lembremos o que foi a Companhia para a Sociedade e para a Igreja na época mais terrível revolução religiosa e da christianização do Novo Mundo. Muito se diz contra a Ordem, por não lhe conhecerem as Constituições, porque foi Ella sempre alvo da conspiração de uma história falsaria e das mais degradantes calumnias. [...] Esta foi para a Igreja e para o Brasil um valioso e possante auxilio, novo e extraordinário, enviado por Deus (sic, 1927-29, p. XXXVI).

Assim, para J. M. de Madureira S. J. a Companhia de Jesus é meritosa por sempre ser solidária com os portugueses (lê-se, Coroa portuguesa) na defesa da integridade do território brasileiro, contra os aventureiros estrangeiros e pela incansável defesa dos direitos dos índios à própria liberdade (1927-29). Impressiona-nos a quantidade de vezes em que esse autor se refere aos feitos da Companhia quanto à defesa da liberdade dos índios.

Porém não encontramos registros do que tomam por liberdade. Parece-nos que é a liberdade de se submeter à exploração econômica e a fé e ao modo de pensar cristãos.

Os registros desses objetivos de conversão dos missionários para com os indígenas podem ser recolhidos em toda obra escrita por eles e seus defensores. Destacaremos esses objetivos através de uma passagem da carta escrita por Pe. José de Moraes em 1759 destinada à coroa como apresentação de seu texto no qual relata a história da Companhia de Jesus nas províncias do Maranhão e Pará. Escreve este padre, após três parágrafos de exaltação à coroa e reafirmação de sua total submissão a ela, e em agradecimentos quanto ao envio, às expensas da coroa, de missionários vindos da Alemanha,

ajudando com igual espírito aos nossos padres portugueses a converter muitas almas a Deus, e a mandar outras para o Céu, em que vinha Vossa Majestade a ter a maior parte de um serviço tanto de sua glória, como *do aumento da cristandade, que era o mesmo que multiplicar maior número de vassalos à sua real coroa* (Moraes, 1987, p. 7, Grifo nosso)

Explícitos ficam os objetivos de tornarem os indígenas cristãos e vassalos do Rei. Como complemento, segue o relato:

Desde seu primeiro dia quasi, até a sua expulsão (1549-1759), diz JOAQUIM NABUCO, a vida dos Jesuítas no Brasil póde-se descrever como tendo sido *uma lucta incessante pela liberdade dos Indios*. Quer tomeis a vida de Nobrega, quer a de Vieira, ou vejaes no Paraguay ou no Amazonas, essa do principio ao fim é a sua missão por excellencia, sua utopia, se quizerdes: fazer entrar as raças americanas na grande espécie humana, ou, para elles resgatar também o Indio, com o sangue de Christo. Elles são *abolicionistas* dessas epochas (*sic*, de Madureira, 1927-29, p. 34)

Porém, como exaltar a defesa da liberdade impondo outra cosmologia, aldeamentos e outras relações de parentesco? E mais, como entender a ação da Companhia sem ter em vista, como já adiantamos, o fundo econômico que a impulsionava? Afinal, como lembra Prado Jr (2000, p. 19-20),

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comercio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto econômicos como social da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Em complemento a esta observação de Caio Prado Jr e a passagem anterior de Darcy Ribeiro (p. XX), nas quais realçam a dimensão econômica dos empreendimentos da coroa,

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

soma-se o relato do padre José de Moraes acerca da dinâmica da cidade de Belém em 1616, ao concluir que “[...]é finalmente esta cidade de muito importante comércio, porque todo o cacau, salsaparrilha, arroz, café, couros e madeiras, que vão para o reino são tirados de suas terras e sertões” (Moraes, 1987, p. 138). Explícito, fica, os motivos econômicos que impulsionaram à Companhia de Jesus às terras tupiniquins contribuindo para explicar a vinda desses missionários além da reação ao crescente protestantismo no velho mundo.

Considerações finais

É notório para os pesquisadores em ciências sociais aplicadas a dinâmica contraditória da realidade concreta. No caso da educação, a contradição se evidencia entre objetivos teóricos que exaltam a escola enquanto redentora da humanidade, consertadora dos problemas sociais, melhora na mobilidade social, etc., e a realidade alienante, aculturante e dominadora de métodos educativos como a catequese, por exemplo, em que a imposição de um jeito de ser e pensar eurocentrado era o objetivo real.

Tendo em vista que o colonialismo está umbilicalmente interligado com o desenvolvimento do capitalismo mercantil e considerando as dimensões políticas, econômicas e sociais dos empreendimentos da Companhia de Jesus, a relação entre catequese e educação de um lado, e mercantilismo e colonização^{vii}, de outro teve como objetivo “terras a serem conquistadas; riquezas a explorar; almas a serem salvas; hábitos e costumes a preservar ou alterar, conforme o padrão conveniente aos interesses dominantes, [...] num contexto no qual a Igreja e Estado se complementam” (Colares, 2003, p. 18), a catequese foi um poderoso aliado da colonização, aqui entendida não apenas como ocupação e exploração do solo e das riquezas, mas também como dominação de pessoas.

Com efeito, se considerarmos etimologicamente a palavra colonizar conforme Alfredo Bosi (1999) que, com base no Dicionário Etimológico da Língua Latina, de Augusto Magne, nos esclarece em “Dialética da Colonização” que “colo é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (Colares, 2003, p. 21), os empreendimentos da Companhia se coadunam e se somam aos interesses da coroa sobre as terras e povos do Brasil.

Entretanto, apesar da ação dizimatória (do ponto de vista cultural) sobre os indígenas no período que abordamos, nem todas as sociedades indígenas desapareceram devido o contato com os não-índios e formas propriamente indígenas de resistência à

situação de contato se desenvolveram bem como novas políticas educacionais são estabelecidas após 1759.

Cabe aos preocupados com a riqueza que a diversidade cultural humana representa para nosso futuro enquanto humanidade desenvolver formas educacionais formais para as populações indígenas que preservem e fortaleçam seu repertório cultural. Principalmente porque atualmente a maioria das comunidades indígenas vem requerendo seu direito por instrução escolar diferenciada garantida pela constituição de 1988.

Neste sentido, nós, educadores comprometidos com uma educação emancipatória precisamos ficar atentos para que essas escolas não fiquem a mercê de paradigmas pedagógicos alienantes e individualistas que fundamentam grande parte das teorias educacionais oficiais. Essa releitura da ação dos religiosos no período colonial, embora temporalmente distante, é importante para lembrar aos envolvidos com o forte processo de implantação de escolas em comunidades indígenas em curso no país que se preocupam com a implementação de educação escolar diferenciada, emancipadora que valorize e fortaleça a cultura, os modos de ser, falar, sentir, socializar, produzir e pensar próprios desses povos para evitar propostas pedagógicas integracionistas, assimilacionistas e homogeneizadoras.

Por outro lado, procuramos mostrar que a Escola não é um instrumento de educação politicamente neutro. Ao lado de Althusser (1970, 1983), Bourdieu e Passeron (1992), Charlot (1986) e Saviani (1989) não entendemos a Escola separada e autônoma em relação à história social humana, mas como pertencente, produto e produtora dessa história.

Com efeito, a Escola não deveria se converter em ação política de perpetuação da divisão social em classes, sendo deliberadamente utilizada pela classe dominante para manter sua dominância. Tal política não deveria ser empregada em qualquer escola, sobretudo não deveria ser estendida à educação indígena, tendo em vista as recentes conquistas desses povos que asseguram educação diferenciada e que valorize suas culturas e modos próprios de reproduzir a vida.

Ademais, no lugar de contribuir para a emancipação intelectual humana em geral, e dessas minorias em particular, a atual escola estatal-burguesa perpetua a discriminação na sociedade, condenando-no seus membros à alienação e, sobretudo, a naturalização da divisão social da produção. Porém, isso não significa que a classe trabalhadora e as minorias

Educação e aldeamento no período jesuítico (1549-1759): catequese, dominação e mercantilismo

devam abandonar a conquista pela escolarização estatal, pelo contrário, deve-se exigí-la, mas com o cuidado de exercer o direito de seu controle social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinos. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (Orgs.) **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. 2ª Ed. São Paulo: Global, 2001. p. 133-156.

BAETA NEVES, Luís Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

BOURDIER, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na Teoria da Educação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

COLARES, Anselmo. **Colonização, catequese e educação no Grão-Pará**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2003.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

FERREIRA, Mariana K. L. A educação indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (Orgs.) **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. 2ª Ed. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

LEITE, Serafim. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760**. Braga: Livraria A.I., 1993.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n.3, p.465-476, set./dez. 2006.

MADUREIRA, J.M., S.J., **A Liberdade dos Índios – A Companhia de Jesus – Sua Pedagogia e seus resultados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927-1929.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MORAIS, Pe. José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: da maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.313-328.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000. (coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro)

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 3. ed. 2. reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Gilberto César Lopes; LOMBARDI, José Claudinei. Relações Étnico- Raciais e Educação na Amazonia: Educação e Emancipação na Escola Indígena: uma análise a luz dos fundamentos filosóficos da pedagogia histórico-crítica. In: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lucia Regina de Azevedo (Orgs.). **História e Educação na Amazônia**. Manaus: EDUA/UEA, 2016.

SANTOS, Ailene Contreiras dos. **Estudo documental da atuação jesuítica e franciscana na educação do Brasil-Colônia (1500-1808)**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 1974.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: autores associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

SOARES, Teixeira. **O Marques de Pombal**. Rio de Janeiro: Alba Ltda, 1961.

Notas

Optamos por caracterizar esse período através da atuação da Companhia de Jesus, mesmo sabendo da existência de outras ordens religiosas que atuaram na colônia e do debate acerca da chegada primeira dos franciscanos em 1538 mantendo um núcleo educacional em Biaça (maiores detalhes ver SANTOS, 1974), por entendermos que seus meios e objetivos em grande medida se estendem aos outros grupos missionários e por terem constituídos um princípio de sistema educacional.

ⁱⁱ A divisão de trabalho costumeira se assentava na lógica de que ao homem incumbia-se a caça e as mulheres ao cuidado da criança na infância, por exemplo. O que podemos deduzir, mas não afirmar, a partir da metodologia meritocrática jesuítica é um princípio de divisão do trabalho intelectual e manual uma vez que aos mais hábeis é ensinado a ler e escrever.

ⁱⁱⁱ Além das espécies citadas por Darcy Ribeiro, Diegues Junior inclui outras “drogas” exploradas como sassafrás, salsa, canafístula, pita, quina, urucu, canela, algodão, carajuru, puxuri, sementes oleaginosas, resinas e ervas medicinais, cuja exploração ou a sua procura “constitui o primeiro ciclo de penetração do mundo amazônico” (DIEGUES JUNIOR, 1960, p. 199).

^{iv} Sobre a riqueza da região amazônica e sua importância política para a coroa, vale observar o que afirma o capítulo III, intitulado, “Da Família Imperial, e sua Dotação”, da primeira constituição brasileira (1824) em seu artigo 105. “O Herdeiro presumptivo do Imperio terá o Título de “Príncipe Imperial” e o seu Primogenito o de “Príncipe do Grão Pará” todos os mais terão o de “Príncipes”. O tratamento do Herdeiro presumptivo será o de “Alteza Imperial” e o mesmo será o do Príncipe do Grão Pará: os outros Príncipes terão o Tratamento de Alteza” (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acessado em 03/12/2013).

^v Esta passagem se refere aos feitos do Pe. José de Anchieta, cuja passagem completa diz: “Anchieta, portanto, além de ter sido missionário e propagador da fé Catholica, foi, outrossim, - o civilizador mais eminente dos nossos antepassados. E se não tivesse sido desfechado o golpe de morte nas missões do Brasil – e houvessem os sucessores de Anchieta continuado os seus evangélicos labores, hoje, provavelmente não teríamos mais um só índio selvagem nas nossas florestas, lograríamos a doce consolação de ver todas as tribus caminhando para um illuminado porvir, incorporados à comunhão política do paiz, mesmo aquellas que por seus instinctos ferozes incutem terror ao homem civilizado” (extraído da conferencia proferida pelo Pe. Americo de Novaes por ocasião do III Centenário de J. Anchieta).

^{vi} Lembrando que através do Alvará Régio de 28 de junho 1759, abaixo transcrito parcialmente, incentivado pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Rei, D. José I, determinou a retirada da instrução das mãos dos jesuítas em todos os cantos do Reino incluindo, consequentemente, as colônias. Mais tarde decretou a expulsão dos jesuítas de todos os domínios portugueses, tendo seus bens sido inventariados e sequestrados para serem incorporados ao erário real desarticulando toda rede de instrução oficial até então existente no Brasil colonial.

^{vii} Segundo Saviani (2011, p. 26) “a inserção do Brasil no chamado mundo ocidental deu-se, assim, por meio de um processo envolvendo três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese”.

Sobre o autor

Gilberto César Lopes Rodrigues

Professor Associado no Programa de Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em Educação na área de concentração "Filosofia e História da Educação" da Faculdade de Educação da UNICAMP. Mestre em Filosofia na área de concentração Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica" do Programa de Pós-graduação da UNESP-Marília. Licenciado em Filosofia na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília. Lider do Grupo de Pesquisa CNPq/UFOPA "Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia – ISSEAM".

Email: gilbertocesar@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3960-5440>

Recebido em: 31/03/2025

Aceito para publicação em: 09/04/2025